

ACOLHER, EMPODERAR E LIBERTAR: CENTRO DE APOIO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA PARA A CIDADE DE BAURU/SP

WELCOMING, EMPOWERING AND RELEASING: A WOMEN'S SUPPORT CENTER IN VIOLENCE SITUATION FOR THE CITY OF BAURU / SP

Geovana Martineli Veronesi¹

Fabiana Padilha Montanheiro²

Resumo

A Violência contra a mulher é toda e qualquer conduta que atinja o sexo feminino impedindo-a de usufruir de seus direitos e liberdades garantidos pela Constituição Federal a qual afete sua autoestima e dignidade. Pesquisas realizadas em 2018 pelo Jornal da Cidade de Bauru apontam que, duas mulheres são vítimas de agressão a cada dia. No entanto, a cidade não possui locais adequados e suficientes para atendê-las. Com o objetivo em conhecer e aprofundar sobre conceitos, Leis, o papel da mulher na sociedade, a violência contra as mulheres, diligências na proteção às mulheres e, obras semelhantes ao tema, a pesquisa se pôs a explorar a literatura nacional e internacional. A proposta projetual é de um Centro de Apoio a Mulheres em Situação de Violência para a cidade de Bauru (SP) e foi desenvolvido sobre o conceito da resiliência, para que essas mulheres possam considerar o local seguro e adequado e, se sintam acolhidas, empoderadas e libertas.

Palavras-chave: Mulheres, violência, apoio, empoderamento, projeto arquitetônico.

Abstract

Violence against women is any conduct that affects women preventing them from enjoying their rights and freedoms guaranteed by the Federal Constitution, which affects their self-esteem and dignity. Surveys conducted in 2018 by the Newspaper of the City of Bauru indicate that, two women are victims of aggression every day. However, the city does not have adequate and sufficient locations to serve them. With the objective of knowing and deepening concepts, laws, the role of women in society, violence against women, diligence in the protection of women and, similar works to the theme, the research began to explore national and international literature. The project is a Center for Support for Women in Violence for the city of Bauru (SP) and was developed on the concept of resilience, so that these women can consider the safe and appropriate place and feel welcomed, empowered and liberated.

Keywords: Women, violence, support, empowerment, architectural design.

¹ Arquiteta e Urbanista. geovanaveronesi@hotmail.com

² Arquiteta e Urbanista. Professora Mestre. <https://orcid.org/0000-0002-0353-3799>.
fpmontanheiro@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como violência como qualquer ato que apresente o uso intencional da força física ou poder, que resulte em ferimento, morte, dano psicológico ou privação. (DAHLBERG; KRUG, 2006). Toda e qualquer conduta que atinja o sexo feminino impedindo-a de desfrutar de seus direitos e liberdades asseguradas pela Constituição Federal, que afete sua autoestima e dignidade.

[...] A violência manifesta-se no físico assim como em todas aquelas formas nas quais se oprime, impossibilita ou se violam as garantias individuais das pessoas. Por tais motivos, observa-se que todas as definições, concordam que a violência é qualquer ato exercido contra a dignidade da mulher, independentemente de suas origens. (CASIQUE; FUREGATO, 2006).

Pinafi (2007) salientou que a violência contra a mulher é originária de uma construção histórica e engloba qualquer comportamento fundamentado na desigualdade de gênero que possa causar sofrimento ou danos nos sentidos físico, sexual ou psicológico à mulher, podendo levar à morte. Sendo capaz de ocorrer tanto no meio público, quanto no meio privado.

Telles e Mello (2002) falam que é uma relação de poder de dominação do homem e a subordinação da mulher, comprovando os papéis internalizados na sociedade estabelecidos ao longo de uma construção cultural e reforçados pelo patriarcado. Marcados muitas vezes pela violência, a fim de criar estereótipos que enfatizam a ideia de que o “sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões, a liberdade e a vida das mulheres, associando-as como suas ‘propriedades’” (TELES; MELO, 2002, p. 28).

Casique e Furegato (2006) explicam que a violência de gênero pode ser entendida como aquela exercida pelos homens contra as mulheres, em que o gênero do agressor e da vítima estão profundamente relacionados, geralmente, ocorre pelo simples fato de a mulher ser do sexo feminino, praticada pelos homens a fim de manter o controle e o domínio sobre as mesmas. E pode ocorrer com mulheres de todas as idades, raças, etnias e culturas, sob diferentes formas e intensidades.

O fenômeno da violência de gênero, também chamada violência contra a mulher, acontece no mundo inteiro e atinge as mulheres em todas as idades, graus de instrução, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual [...] (BRASIL, c2020).

Com o passar dos anos e dos movimentos feministas, pôde-se observar inúmeras conquistas, inclusive no âmbito do direito, como a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) considerada uma grande vitória, pois a mulher passou a dispor de um instrumento legal próprio, assegurando os seus direitos.

Diante disto, foi desenvolvido um projeto arquitetônico de um Centro de Apoio a Mulheres em Situação de Violência para a cidade de Bauru (SP) para o acolhimento, acompanhamento psicossocial, orientação jurídica, capacitação profissional e motivacional, contribuindo assim, para sua reinserção na sociedade e superação dos traumas. Esses centros fazem parte da rede de apoio que menciona a Lei Maria da Penha.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi estruturada em etapas. Em um primeiro momento debruçou-se na revisão na literatura em fontes secundárias como livros, artigos, reportagens de jornais, normas e leis, onde possibilitou um maior conhecimento e aprofundamento sobre o tema.

Posteriormente, elencou-se e estudou-se obras correlatas no Brasil e no mundo, como – o Centro de Oportunidade para mulheres na República Democrática do Congo, o Abrigo para vítimas de violência doméstica em Israel, o Centro para mulheres na Tanzânia, o Hospital Sarah Kubitschek no Rio de Janeiro, a Casa da Mulher em Bauru (SP) e a Casa da Mulher Brasileira em Curitiba (PR) - foram inspirações para a proposta projetual. Estas pesquisas foram realizadas a partir de sites especializados, visando o aprofundamento de questões estéticas, estruturais, formais e funcionais.

Após essas etapas foi realizado um reconhecimento da área com o levantamento de dados no terreno e seu entorno por meio do Google Maps da Google LLC® e Google Earth da Google LLC®. Além da avaliação iconográfica, análise pessoal, observação direta e registros fotográficos. A utilização de softwares, como AutoCAD da Autodesk®, viabilizou a representação do levantamento por mapas de análises - uso e ocupação do solo, gabarito, fluxo veicular e de pedestres, assim como, mobiliários urbanos e vegetação existente, fatores que influenciaram diretamente na qualidade do projeto. Ainda nessa etapa, foram abordadas características bioclimáticas, topografia, insolação, incidência dos ventos predominantes, com o intuito de estabelecer as diretrizes projetuais.

Por fim, unindo os resultados da pesquisa e o que seria relevante para o embasamento teórico e projetual realizou-se a análise de dados e, com isso, permitiu a proposta projetual. O Objeto final deste trabalho possibilitou o desenvolvimento do conceito e partido arquitetônico, o programa de necessidades, o macrozoneamento e o anteprojeto (plantas, elevações, cortes e volumetrias) com auxílio dos softwares: AutoCAD da Autodesk®, SketchUp da Google LLC® e Lumion da ACT-3d.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para que se possa compreender como a violência contra as mulheres se mantém até hoje, é necessário entender como funcionam as relações de gênero e como são os conceitos baseados em uma relação de poder perpetuados na história até pouco tempo atrás.

Com isso, estima-se que o patriarcado tenha cerca de 2.603-4 anos, muito recente se comparado a idade da humanidade, que tem aproximadamente 250 e 300 mil anos. (SAFFIOTI, 2015). Como o próprio nome já diz, patriarcado é “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens [...]” (SAFFIOTI, 2015, p. 44).

Na sociedade da caça e coleta, a divisão do trabalho não dependia da força física do homem, pelo contrário, a mulher era responsável pela caça e o trabalho feminino era feito com o bebê amarrado ao peito da mãe, uma vez que, somente elas poderiam amamentar seus filhos e um simples choro do bebê, poderia espantar a presa salienta o autor. Desse modo, as mulheres eram essenciais na sociedade, pois alimentavam os grupos. (SAFFIOTI, 2015). A dádiva da maternidade era extremamente valorizada naquela época, as mulheres “eram consideradas seres poderosos, fortes, verdadeiros seres mágicos, em virtude de sua capacidade de conceber e dar à luz, presumivelmente sozinhas [...]” (SAFFIOTI, 2015, p. 59).

O fator determinante para a transição das sociedades igualitárias para as patriarcais foi a descoberta de que o homem era essencial na concepção de uma nova vida e também, a partir da produção econômica. (SAFFIOTI, 2015). Enquanto as mulheres estavam unidas entre si, elas não puderam ser derrotadas, porém com o surgimento da propriedade privada, o matrimônio monogâmico e a família, as mulheres se tornaram solitárias, confinadas em seus lares, isoladas uma das outras, perdendo todo o seu poder. (REED, 2008).

O patriarcado estabelece uma relação de dominação-subordinação e precisa de pelo menos dois sujeitos: dominador(es) e dominado(s), “neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras [...]” (SAFFIOTI, 2015, p. 105).

Segundo Boris e Cesídio (2007), na sociedade patriarcal, o homem tinha o papel de trabalhar para sustentar sua família, enquanto a mulher possuía inúmeras funções como: reprodutora, dona-de-casa, educadora dos filhos, administradora das tarefas dos escravos etc, além de ser considerada propriedade do seu marido, tendo rígidas desigualdades diante do gênero masculino. As crianças e mulheres, eram como seres insignificantes, pois eram proibidas de expressar suas opiniões e apenas deviam respeito ao patriarca.

[...] Por meio da força bruta, inicialmente, forjou-se o controle masculino sobre as mulheres. Gradativamente foram introduzidos novos métodos e novas formas de dominação masculina: as leis, a cultura, a religião, a filosofia, a ciência, a política. Ao serem tratadas como propriedade dos homens, as mulheres perderam, em diferentes níveis, a autonomia, a liberdade e o mais básico direito de controle sobre seu próprio corpo. (TELES; MELO, 2002, p. 27).

Todavia, os homens possuíam inúmeros privilégios,

[...] A começar pela dupla moral vigente, que lhes permitia aventuras sexuais com criadas e escravas, desde que fosse guardada certa discrição, enquanto que às mulheres tudo era proibido, a não ser o que se destinasse à procriação de filhos, aos cuidados do lar e à domesticação dos animais. A mulher era dedicada a um homem e a um lar únicos, mas o homem tinha “natureza” poligâmica, ou seja, podia ter outras mulheres, além da esposa. (BORIS; CESÍDIO, 2007, p. 457).

Com a vinda da mulher do interior do Brasil para o perímetro urbano, sua vida passa por algumas mudanças, conquistando maior socialização, podendo falar com outras pessoas, que não fossem apenas de sua família, e também o acesso à educação. Boris e Cesídio (2007) dizem que, no início de sua profissionalização elas sofreram muita discriminação, pois acreditava-se que o papel delas seria cuidar dos filhos e do lar, e que não deveriam ter acesso à escolaridade.

No final do século XIX, as fábricas e a tecnologia começaram a ganhar força e as mulheres passaram por grandes avanços, tiveram a oportunidade de inserção no mercado de trabalho e dos meios de produção, podendo se desenvolver profissionalmente. (BORIS; CESÍDIO, 2007).

“Entretanto, o trabalho feminino sempre recebeu remuneração inferior ao do homem. Esta desvalorização, por outro lado, provocou a hostilidade dos trabalhadores homens contra o trabalho da mulher [...]”. (ALVES; PITANGUY, 1985, p.18).

Após um longo período de discriminação e opressão, a luta pelos direitos das mulheres, dentre eles o direito ao voto, marcada pelo movimento feminista entre os séculos XIX para o XX, ganhou grande representação política. O direito ao voto é uma conquista recente, pois ainda que a proclamação da república tenha ocorrido em 1889, apenas em 1932 as mulheres brasileiras de fato adquiriram o direito de votar. (BORIS; CESÍDIO, 2007).

No entanto, apesar de terem alcançado muitas conquistas, as mulheres não deixaram totalmente de serem vistas como submissas ou propriedades de seus maridos ou companheiros, por ser um acontecimento atual, e se tratar de ideias que perpetuaram até pouco tempo atrás. (ALVES; PITANGUY, 1985).

[...] No Brasil, até recentemente — ou melhor, até o dia 10 de janeiro de 2002, quando o novo Código Civil Brasileiro foi sancionado e publicado — ainda estava escrito que o homem era o chefe da sociedade conjugal (Código Civil brasileiro, art. 233, capítulo II: “O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos.”). (TELES; MELO, 2002, p. 28).

A violência contra a mulher é um fenômeno antigo, tendo como justificativa referenciar a mulher como sendo mais frágil, dependente, que detêm menor força física e

sendo incapaz de ter competência racional, precisando assim, de alguém para protegê-la, o que a torna domesticável. (CUNHA, 2014). Baseando-se nesse pensamento, a mulher fica sujeita às agressões, uma vez que em certas ocasiões precisariam de repreensões e punições para corrigi-las e torná-las obedientes ao seu cônjuge ou companheiro, explica o autor.

[...] em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano. (TELES; MELO, 2002, p. 12).

Esta construção proveniente da ideologia patriarcal (que estabelece a supremacia masculina), trouxe graves consequências a vida da mulher, tanto na questão profissional, quanto na vida pessoal diz Cunha (2014). Dentre elas, cita-se: as diferenças salariais, em que as mulheres, em alguns casos, continuam ganhando menos que os homens, mesmo ocupando os mesmos cargos; tarefas como cuidar da casa e dos filhos são sempre mais associadas para as mulheres do que para os homens; a mulher tem que ser sempre bela e desejável, para serem aceitas socialmente e também, o que as torna objetos de apreciação. (CUNHA, 2014).

[...] Os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem a reações violentas. Não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. É também conhecida como violência doméstica e sexual ou violência de gênero. (TELES, 2006, p. 43).

No que diz respeito aos homens, Teles (2006) explica que essa herança social trouxe a eles que sua masculinidade expressa-se a partir da força e de utilizar a violência para solucionar conflitos, o que para muitos, dá o direito de agredir fisicamente ou psicologicamente sua parceira a fim de conseguir impor respeito necessário, e explica que

[...] o exercício do poder masculino é incentivado pelo sistema de exploração e dominação que ordena o controle e o domínio. A ideologia de dominação patriarcal não é suficiente para impor o sistema e a ordem. Muitas vezes, é necessário usar a força, seja emocional seja física. (TELES, 2006, p. 43).

A violência de gênero pode ser compreendida como “violência contra a mulher”, expressão usada a partir do movimento feminista nos anos 1970, por ser considerada o principal alvo da violência de gênero. (TELES; MELO, 2002). É importante ressaltar que a violência de gênero é passada de geração para geração e ocorre tanto por homens quanto mulheres.

[...] A sociedade legitima tais condutas violentas e, ainda nos dias de hoje, é comum ouvir que as “mulheres gostam de apanhar”. Isso dificulta a denúncia e a implantação de processos preventivos que poderão desarraigar pôr fim a prática da violência de gênero. A erradicação da violência social e política passa necessariamente pelo fim da violência de gênero, que, sem dúvida, dá origem aos demais tipos de violência. (TELES; MELO, 2002, p.22).

Tal violência ocorre geralmente, entre homens e mulheres que se amam ou amaram, pois o agressor conhece muito bem a vítima, o que a torna mais vulnerável. Sua intenção, segundo Teles e Melo, é “possuí-la, é tê-la como sua propriedade, determinar o que ela deve desejar, pensar, vestir. Ele quer tê-la sob seu controle e ela deve desejar somente a ele próprio [...]”. (TELES; MELO, 2002, p.22).

A relação abusiva é quando um exerce influência sobre o outro, é “sentir prazer” em controlar o outro, querendo “tê-lo” para si. Muitas vezes esse comportamento se inicia de forma sutil disfarçado de proteção. (TELES; MELO, 2002).

Para Teles “aproveitam-se dessa convivência para subjugar-las, humilhá-las, ameaçando-as, espancando-as, o que pode chegar até ao assassinato [...]”. (TELES, 2006, p. 43). O fato de a violência contra a mulher estar enraizada na cultura, faz com que muitas mulheres sejam vítimas de agressões e não percebam que essas atitudes violam seus direitos, pois em determinadas famílias e culturas, é visto muitas vezes como algo “natural”. Além disso, os efeitos da violência psicológica são muito árduos, pois a vítima é desvalorizada, xingada e menosprezada o tempo todo pelo agressor, acreditando assim, que deve suportar tais agressões, prejudicando também sua autoestima. Existem muitas circunstâncias que impedem que a mulher rompa o relacionamento, entre elas estão: a falta de suporte da família e amigos, falta de recursos financeiros, filhos, além de, quando finalmente conseguem buscar ajuda, o despreparo de quem trabalha nas delegacias e em outras instituições, que acabam culpabilizando as vítimas pelas agressões. (POR... 2015).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A proposta projetual visou um local seguro, o qual as vítimas de violência possam receber o auxílio necessário unindo atividades que estimulem a convivência e a participação social, como atividades artísticas e culturais, além de ajuda psicológica e orientação jurídica.

O complexo conta com salas profissionalizantes, colaborando com sua independência financeira, para que essas mulheres possam ter a oportunidade de se sentirem amparadas e se reinserir na sociedade e vencer os traumas. Com uma arquitetura humanizada e uma sensação de bem-estar, colaborando assim, com empoderamento feminino, a cura física e psicológica para que possam finalmente se sentir livres.

O conceito projetual é a resiliência e a purificação. De acordo com a física, resiliência é a propriedade que alguns corpos apresentam de voltar de forma original após terem sido sujeito a uma deformação. (RESILIÊNCIA, c2020). Na psicologia, é a capacidade dos indivíduos encararem os problemas, superar os obstáculos, adaptar-se às mudanças e recuperar-se de situações de crise, com o pensamento de que tudo irá passar. (ALVES, c2020). Já a purificação é o ato de tornar algo puro, livre de impurezas. (FUKS, et al, 2008). Desta forma, a simbologia utilizada para a materialização do conceito de resiliência é a analogia com as plantas, pois quando são cortadas ou extraídas elas são capazes de resgatar seu espaço, se adaptam como e do jeito que podem, apesar de todas as dificuldades, pois até mesmo em períodos de seca, muitas plantas são capazes de florescer e dar frutos, representando a esperança. Assim como o cacto, que apesar de sua imagem “espinhosa”, simboliza a proteção, resistência e a superação, com a capacidade única de adaptar-se as situações mais adversas, transmitindo uma imagem de coragem e firmeza para enfrentar os desafios da vida. (FUKS, et al, 2008). Em muitas religiões a água caracteriza a purificação e a cura, um elemento de pureza espiritual, dessa maneira, existirá no centro do pátio principal uma fonte, simbolizando “a fonte da vida”, cujo em seu processo de cura, a mulher passará por um árduo caminho de recuperação, porém ao final desse ciclo estará liberta e purificada, assim como antes de ser corrompida pela violência. (FUKS, et al 2008).

No pátio principal foi implantado um jardim central em formato de flor, em que as pétalas e folhas formam caminhos (raízes) conduzindo as vítimas para a “fonte da vida”, interligando todos os setores do programa de necessidades (Figura 1).

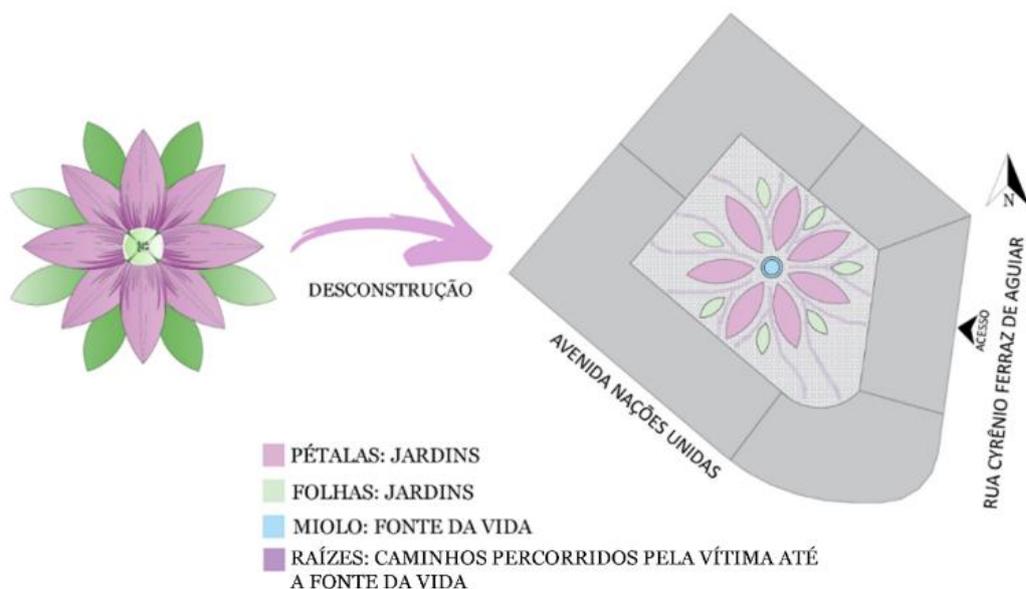


Figura 1. Materialização do conceito. Fonte: Elaborada pela autora.

O Centro de Apoio a Mulheres em Situação de Violência funcionará como aliado dentre todas as outras instituições que auxiliam a mulher nesse percurso como Defensorias da Mulher (DEAMs), Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns, Casas-Abrigo etc.

O programa foi dividido em 5 setores: assistência, administração, serviço, empoderamento e recuperação. O setor de assistência é o primeiro contato da mulher com o centro de apoio. O setor de administração, faz controle de acesso e monitoramento. Já o setor de serviço engloba tudo que a mulher precisará quando estiver alojada. O setor de empoderamento tem atividades de lazer e atividades profissionalizantes. E por fim, o setor de recuperação compreende os alojamentos, sanitários coletivos e estar coletivo.

O projeto possui 3 diretrizes: acolher, empoderar e libertar, a Figura 2 representa o Ciclo da Liberdade da Mulher proposto pelo Centro.



Figura 2. Trajetória da liberdade da mulher. Fonte: Elaborada pela autora.

Na Figura 3 é possível ver a Fachada principal do Centro de Apoio.



Figura 3. Fachada principal. Fonte: Elaborada pela autora.

A fachada lateral, mas não com menos importância da Avenida Nações Unidas (Figura 4). E na Figura 5 o pátio central e relação entre os edifícios.



Figura 4. Fachada lateral. Fonte: Elaborada pela autora.



Figura 5. Pátio principal do Centro. Fonte: Elaborada pela autora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades de gênero estão enraizadas na sociedade por consequência do machismo e do patriarcado, em que colocam o homem como um ser superior em inúmeras relações sociais. Assim como a prática da violência contra a mulher é um tema antigo e, bastante presente na sociedade. O tema continua sendo ocultado e muitas vezes tratado como tabu. A violência atinge mulheres de todas as faixas etárias, classe social, raça, etnia e cultura com diferentes formas e intensidades. A persistência das discriminações femininas faz com que, muitas vezes a violência não seja reconhecida por quem a pratica e por quem sofre

ou até mesmo permaneça silenciadas por não distinguir que aquelas atitudes violam os seus direitos.

No Brasil, essa situação é alarmante, a construção de comportamentos legitimados socialmente para o sexo feminino e masculino cria e perpetua espaços para que ocorra a violência sempre que uma pessoa não se encaixa no padrão da sociedade, transformando essas diferenças em desigualdades. É preciso reconhecer os tipos de violência contra a mulher e avaliar esse grave problema social, para que se possa reverter esse quadro discriminatório. Embora sejam culturas que estejam internalizadas na sociedade desde cedo, é necessário quebrar este ciclo para que haja mudanças significativas. Frente ao exposto, conclui-se a relevância do tema do Centro de Apoio a Mulheres em Situação de Violência para a cidade de Bauru (SP), tendo em vista o crescimento da demanda e os pouquíssimos locais adaptados para este tipo de serviço. Um local de tratamento dos traumas causados pela violência, através de uma arquitetura humanizada e propostas projetuais que unirão o tratamento psicológico e físico, para sua reinserção na sociedade e empoderamento feminino, além de ser um grande aliado para a luta dos direitos das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Abril Cultural/brasiliense, 1985. 78 p. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/36754697/livro-pdf-o-que-e-feminismo-branca-moreira-alves-e-jacqueline-pitanguy-colecao-p>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ALVES, Marisa de Abreu. RESILIÊNCIA. 2016. Disponível em: <http://www.marisapsicologa.com.br/resiliencia.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. Revista Mal-estar e Subjetividade, Fortaleza, v.7, n. 2, p.451-478, set. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/271/27170212.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2020.

CASIQUE, Leticia Casique; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. 2006. 14 v. Tese - Curso de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692006000600018&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 25 fev. 2020.

CUNHA, Bárbara Madruga da. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. 2014. 22 f. Tese (Iniciação Científica) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. 2006. 16 f. Tese (Doutorado), Atlanta, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

FUKS, Rebeca et al. Símbolos e seus Significados: dicionário de símbolos. Online: 7Graus, 2008. Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

PINAFI, Tânia. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. Revista Histórica, Santana, p. 1-10, 21 abr. 2007. Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>. Acesso em: 23 fev. 2020.

POR que elas continuam com seus agressores? Revista Fórum [s.l.], 18 ago. 2015. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/por-que-elas-continuam-com-seus-agressores/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

REED, Evelyn. Sexo contra sexo ou classe contra classe. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. 128 p.

RESILIÊNCIA. In: Dicio. [S.l.], c2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/resiliencia/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015. 144 p.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002. 117 p.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 108 p.